

PSICOLOGIA

Argumento





periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento


Posicionamentos de militantes anarquistas sobre a ação do Estado durante a pandemia do coronavírus


Positions of anarchist activists on state action during the coronavirus pandemic

Posiciones de activistas anarquistas sobre la acción estatal durante la pandemia de coronavirus

PEDRO DE OLIVEIRA FILHO ^[A] 
CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

SIMONE PATRÍCIA DA SILVA ^[C] 
CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

LUCIANA RAQUEL SARAIVA CRUZ SANTOS ^[B] 
CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

RENAN SILVA DE SOUSA ^[D] 
CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), DEPARTAMENTO DE
PSICOLOGIA

^[A] Doutor em Psicologia Social, e-mail: deoliveirafilhopedro@gmail.com


^[B] Graduada em Psicologia, e-mail: lucianaraquelpsi@gmail.com


^[C] Doutora em Psicologia, e-mail: simone.patricia@professor.ufcg.edu.br

^[D] Doutor em Psicologia Social, e-mail: tfcrenansilva@gmail.com

^[E] Mestranda em Psicologia, e-mail: sophia.s.r.s0910@gmail.com

^[F] Graduada em Psicologia, e-mail: psicologabrenda23@gmail.com

SOPHIA SILVA RODRIGUES SAMPAIO ^[e] 
RECIFE, PE, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE), DEPARTAMENTO
DE PSICOLOGIA

BRENDA RAYSSA DA SILVA LIMA ^[f] 
CAMPINA GRANDE, PB, BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Como citar: OLIVEIRA FILHO, Pedro de.; SANTOS, L. R. S. C.; SILVA, S. P.; SOUSA, R. S.; SAMPAIO, S. S. R.; LIMA, B. R. S. Posicionamentos de militantes anarquistas sobre o Estado durante a pandemia do coronavírus. *Psicologia Argumento*, 44(124). 1466-1480, 2026. <https://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.44.124.AO08>

Resumo

As medidas sanitárias de distanciamento social implementadas pelo Estado brasileiro e por outros entes estatais ao redor do mundo, com o objetivo de conter o avanço da pandemia do coronavírus, suscitaram manifestações de apoio e rejeição por parte de diferentes atores políticos. Considerando que o anarquismo é um movimento político caracterizado pela defesa de interesses coletivos e por um forte princípio antiestatal, este estudo examina os argumentos de militantes anarquistas sobre tais medidas sanitárias, identificando e analisando seus posicionamentos e o modo como a necessidade de segurança coletiva e os temores em relação ao Estado se manifestam nesses discursos. Para tanto, foi realizado um estudo documental com base em textos publicados no site da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), produzidos nos primeiros meses da pandemia, analisados por meio do método de análise de discurso desenvolvido por teóricos da Psicologia Social Discursiva. Identificaram-se dois tipos de posicionamento nos documentos analisados: um de apoio inequívoco às medidas de distanciamento social e outro ambíguo. Neste último, embora não haja uma rejeição explícita às medidas, observa-se a sugestão de que sua implementação estaria orientada por um propósito ditatorial do Estado, ainda que não declarado. A contradição entre o repúdio ao Estado e os apelos por sua atuação configura um dilema ideológico evidente no discurso do grupo anarquista investigado.

Palavras-chave: Dilemas Ideológicos; Análise de Discurso; Estadofobia; Política.

Abstract

The social distancing health measures implemented by the Brazilian State and other state entities around the world, aimed at containing the spread of the coronavirus pandemic, sparked both support and opposition from various political actors. Considering that anarchism is a political movement characterized by the defense of collective interests and a strong anti-state principle, this study examines the arguments of anarchist activists regarding such health measures, identifying and analyzing their stances and the ways in which the need for collective safety and fears related to the State are expressed in these discourses. To this end, a documentary study was conducted based on texts published on the website of the Brazilian Anarchist Coordination (CAB), produced during the early months of the pandemic, and analyzed using the discourse analysis method developed by scholars of Discursive Social Psychology. Two types of stances were identified in the analyzed documents: one of unequivocal support for social distancing measures and another more ambiguous. In the latter case, although there is no explicit rejection of the measures, there is a suggestion that their implementation was guided by a dictatorial intent on the part of the State, albeit undeclared. The contradiction between the rejection of the State and the appeals for its action reveals an ideological dilemma evident in the discourse of the anarchist group under investigation.

Keywords: Ideological Dilemmas; Discourse Analysis; Statephobia; Politics.

Resumen

Las medidas sanitarias de distanciamiento social implementadas por el Estado brasileño y por otras entidades estatales en todo el mundo, con el objetivo de contener el avance de la pandemia del coronavirus, suscitaron manifestaciones de apoyo y rechazo por parte de distintos actores políticos. Considerando que el anarquismo es un movimiento político caracterizado por la defensa de intereses colectivos y por un fuerte principio antiestatal, este estudio examina los argumentos de militantes anarquistas sobre dichas medidas sanitarias, identificando y analizando sus posicionamientos y la forma en que la necesidad de seguridad colectiva y los temores respecto al Estado se manifiestan en estos discursos. Para ello, se realizó un estudio documental basado en textos publicados en el sitio web de la Coordinación Anarquista Brasileña (CAB), producidos en los primeros meses de la pandemia, analizados mediante el método de análisis del discurso desarrollado por teóricos de la Psicología Social Discursiva. Se identificaron dos tipos de posicionamiento en los documentos analizados: uno de apoyo inequívoco a las medidas de distanciamiento social y otro ambiguo. En este último, aunque no hay un rechazo explícito a las medidas, se observa la sugerencia de que su implementación estaría orientada por un propósito dictatorial del Estado, aunque no declarado. La contradicción entre el repudio al Estado y los llamamientos a su actuación configura un dilema ideológico evidente en el discurso del grupo anarquista investigado.

Palabras clave: Dilemas ideológicos; Análisis del discurso; Estadofobia; Política.

1. Introdução

Considerado por alguns um movimento político "maldito", em razão de sua associação a práticas terroristas no final do século XIX, o anarquismo adentra o século XX definido como um movimento sem força suficiente para operar mudanças sociais, dado que a classe trabalhadora se encontrava sob forte influência dos partidos socialistas revolucionários. Na segunda década do século XXI, no entanto, alguns autores falam em um ressurgimento dos anarquismos (Augusto, 2014).

O surgimento do anarquismo como movimento político está diretamente relacionado à experiência da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criada em Londres, em 1864, com o propósito de formar uma organização internacional por meio da qual os trabalhadores pudessem se associar para discutir projetos comuns. A AIT estabeleceu uma estrutura privilegiada para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária e internacionalista por parte de setores significativos da classe trabalhadora (Corrêa, 2018).

A partir do período entre as duas guerras mundiais, diante da ascensão comunista, o anarquismo passou por uma fase de apagamento, até renascer nos anos 1960 e 1970 com os movimentos de contracultura. A "ressurreição" do anarquismo no século XXI está estreitamente ligada à emergência do movimento antiglobalização — uma forma de ativismo global que se opõe à globalização capitalista contemporânea e propõe outras formas de agir no mundo (Zúquete, 2016).

A palavra "anarquia" costuma estar associada ao caos, à desordem e à confusão no imaginário coletivo. De acordo com Zúquete (2016), essa associação decorre de uma perspectiva pessimista da natureza humana, consolidada por Thomas Hobbes, no século XVII, em *Leviatã*. A ideia de que, na ausência de autoridade, o homem se torna o lobo de si mesmo serve para justificar o poder do Estado e a imposição de uma soberania. O "estado de natureza", nesse contexto, é concebido como uma condição de desordem que deve ser evitada a qualquer custo.

Entretanto, é comum na construção do pensamento anarquista a defesa de que práticas como a auto-organização, a ajuda mútua e a democracia direta sempre existiram ao longo da história da humanidade (Zúquete, 2016). Uma sociedade anarquista dispensa o poder estatal e aposta numa ordem social baseada na autogestão (Moraes, 2017). Trata-se, portanto, de um modelo social em que as relações não são mediadas pela autoridade estatal, mas se estruturam por meio de acordos livres e voluntários entre os indivíduos. O anarquismo visa à criação de uma sociedade livre da dicotomia entre exploradores e explorados, entre "escravos" e "senhores" (Zúquete, 2016).

Segundo Corrêa (2018), o modelo autogestionário assegura não apenas a liberdade coletiva, mas também diversas formas de liberdade individual, como a de expressão, associação, trabalho, crença e locomoção. Embora a luta de classes ocupe uma posição central no anarquismo, o movimento se opõe à dominação em sentido amplo e busca promover a igualdade econômica, política e social.

Todas as formas de Estado — independentemente de sua configuração, do autoritarismo ao liberalismo — são compreendidas pelos anarquistas como elementos centrais dos sistemas de dominação e do capitalismo. A autogestão política implica, portanto, a abolição do Estado, entendido como o responsável pela divisão entre governantes e governados. A sociedade anarquista propõe uma completa socialização dos processos decisórios, por meio da substituição da autoridade estatal por conselhos, sindicatos e movimentos populares (Corrêa, 2018).

Trata-se, assim, de um movimento que tem no antiestatismo, ou na estadofobia, um princípio fundamental — princípio esse que, apesar das profundas divergências entre ambos, é partilhado com o anarquismo de propriedade privada ou anarcocapitalismo, conforme definido por autores como Rothbard (2010) e Hoppe (2014).

No interior do anarquismo, é possível distinguir uma corrente mais individualista e outra mais social. Ambas são, diferentemente do anarcocapitalismo, anticapitalistas. O anarquismo individualista defende um mercado não capitalista e a transformação social por meio do convencimento, através de processos culturais e educacionais, e não mediante irrupções revolucionárias. O anarquismo social, por sua vez, é revolucionário, socialista, comunitarista e coloca a solidariedade como valor central (Moraes, 2017). De modo geral, a defesa de práticas solidárias e horizontais é central no ideário anarquista (Walter, 2000).

De acordo com Santana e Cavalcanti (2020), no Brasil, coletivos autônomos anarquistas e ativistas individuais desenvolveram iniciativas para conter o avanço da COVID-19. A atuação desses coletivos nas favelas, durante a pandemia, atualiza princípios historicamente defendidos pelo anarquismo.

No Brasil e na América Latina, a opção de muitos anarquistas latino-americanos diante do avanço da COVID-19 foi uma combinação de solidariedade comunitária e resistência ativa ao oportunismo dos regimes de direita durante a crise (CrimethInc., 2021).

Em outras partes do mundo, iniciativas de base – distribuição de alimentos, medicamentos, produtos de higiene, apoio a grupos vulneráveis – tornaram-se um símbolo da resiliência comunitária durante o colapso parcial dos serviços formais. Mutual aid é um conceito historicamente central no anarquismo, e a pandemia reviveu e popularizou a ideia de apoio mútuo em escala inédita como se pode ver em Swann (2023) e Skyer et al. (2025).

A pandemia do coronavírus é um evento com evidente potencial para gerar tensão e conflito dentro de uma ideologia como o anarquismo. Afinal, os militantes devem se posicionar diante de um Estado que, por um lado, detém instrumentos eficazes para proteger a coletividade em situações como essa, mas que, por outro, é por eles definido como ilegítimo e opressor.

Conflitos presentes na sociedade frequentemente se manifestam como dilemas no senso comum. Em uma crítica à forma como a psicologia social tradicional aborda esses dilemas, Billig et al. (1988) argumentam que os psicólogos sociais geralmente ignoram o conteúdo dos dilemas e se concentram apenas no resultado — a tomada de decisão. Os autores, contudo, estão interessados nas tensões que antecedem as decisões, nos temas em disputa no senso comum que tornam o pensamento dilemático. Nessa perspectiva, os conflitos sociais se atualizam no interior das subjetividades e das ideologias, produzindo inconsistências, contradições, ambiguidades.

Billig et al. (1988) e outros autores da psicologia social discursiva (Edwards & Potter, 1992; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992), perspectiva teórica central neste estudo, ressaltam em suas análises a variabilidade e a flexibilidade do uso da linguagem na vida social, variabilidade essa que tem relação com o uso estratégico da linguagem e também com a natureza conflituosa da vida social. Para esses autores, os posicionamentos sobre os diferentes temas não são consequência direta de estruturas fixas e estabilizadas de conhecimento no mundo mental das pessoas. Para eles, esses posicionamentos não podem ser compreendidos sem que se leve em conta os contextos em que as pessoas são solicitadas a tomar posição.

A psicologia social discursiva surge como uma perspectiva teórico-metodológica que coloca a linguagem no centro da compreensão dos fenômenos sociais. Em vez de tratar a linguagem apenas como um veículo passivo para expressar pensamentos ou atitudes pré-formadas, essa perspectiva a concebe como uma forma de ação social em si mesma (Potter, 1998; Edwards & Potter, 1992). Falar, argumentar ou escrever são entendidos como atos que negociam significados e constroem relações sociais. Assim, cada enunciado é analisado não apenas pelo que diz, mas pelo que faz no contexto em que é produzido (Potter & Wetherell, 1987).

Sob essa ótica, as pessoas não apenas comunicam informações, mas também se engajam em uma constante argumentação, defendendo pontos de vista e respondendo a contra-argumentos implícitos ou explícitos (Billig et al., 1988). Billig et al. (1988) destacam que o pensamento cotidiano possui uma natureza dialógica: frequentemente raciocinamos contrapondo argumentos opostos, em um processo semelhante a uma discussão interna. Nesse sentido, atitudes e crenças não são entidades fixas, mas posicionamentos que as pessoas justificam e negociam na interação, buscando legitimidade para suas ações e opiniões.

Na perspectiva discursiva, todo uso da linguagem cumpre funções práticas nas interações sociais. Ao enunciar algo, os indivíduos podem, por exemplo, atribuir culpa, construir justificativas, reivindicar direitos ou construir determinadas identidades (Edwards & Potter, 1992; Wetherell & Potter, 1992). Os significados de uma fala não são fixos, mas dependem de como são mobilizados para atingir objetivos comunicativos em contextos específicos (Potter, 1998). Desse modo, a análise recai sobre as estratégias linguísticas e argumentativas empregadas pelas pessoas para alcançar efeitos particulares na interação, em vez de buscar atitudes internas estáveis por trás do discurso (Potter & Wetherell, 1987).

Uma consequência dessa visão é o reconhecimento da variabilidade do discurso e da existência de múltiplos repertórios interpretativos. Os indivíduos dispõem de diferentes maneiras de falar sobre um mesmo tópico, escolhendo

entre versões alternativas conforme a audiência, o contexto e os propósitos da interação (Potter & Wetherell, 1987). Por exemplo, a mesma pessoa pode alternar entre um discurso de "responsabilidade coletiva" e um discurso "libertário" antiestatal, dependendo de qual aspecto deseja enfatizar em determinada situação. Longe de representarem meras contradições lógicas, essas alternâncias refletem os dilemas ideológicos presentes no senso comum e a natureza estratégica da linguagem, na qual se conciliam e se tensionam valores concorrentes nas falas (Billig et al., 1988).

Usando essa abordagem para investigar o posicionamento de militantes anarquistas em relação às medidas sanitárias de distanciamento social, pode-se analisar como eles articulam seus discursos sobre as medidas sanitárias durante a pandemia de COVID-19, de maneira a gerir essas tensões ideológicas.

Considerando, portanto, o contexto de emergência da pandemia do coronavírus, como ativistas anarquistas no Brasil se posicionaram diante das medidas sanitárias de distanciamento social? É possível identificar, em seus discursos, um conflito entre o desejo de garantir a segurança da comunidade e a compreensão de que a intervenção estatal representa uma forma de opressão? Se tal conflito existe entre o desejo de proteção coletiva e a estadofobia típica do anarquismo, como ele se manifesta discursivamente? Ele é tematizado de forma explícita ou permanece como um dilema implícito?

Procurando dar respostas a essas questões, este estudo examina argumentos de militantes anarquistas sobre as medidas sanitárias de distanciamento social no contexto da pandemia do coronavírus, identifica e analisa os posicionamentos adotados e o modo como lidam com o conflito entre a necessidade de segurança coletiva e a estadofobia própria do discurso anarquista.

2. MÉTODO

2.1 Caracterização dos documentos e procedimentos

Trata-se de uma pesquisa documental, na qual foram analisados artigos disponibilizados no site da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) que tinham como temática, principal ou secundária, o coronavírus e as medidas de isolamento social adotadas pelo Estado com o advento da pandemia. Foram selecionados 18 textos no total, todos publicados entre 18 de março de 2020 e 9 de setembro de 2020. O período de coleta se inicia, portanto, dois dias antes do dia 20 de março de 2020, dia em que o Ministério da Saúde (2020) reconheceu a transmissão comunitária nacional do coronavírus e aconselhou os gestores a promover medidas de distanciamento social e evitar aglomerações.

No seu site (Cabarquista, s.d.), a CAB se apresenta como "um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo de matriz especificista".

O anarquismo especificista é uma vertente socialista no interior do anarquismo que prega uma ruptura revolucionária com a ordem social burguesa. Segundo eles, os anarquistas devem organizar-se especificamente como anarquistas para que possam atuar de maneira eficaz na luta de classes. E a atividade de organização é, nesse modo de compreender o anarquismo, o eixo central do movimento, diferentemente do que ocorre em outras vertentes do anarquismo (Correa, 2019).

2.2 Codificação e análise

Todo o material discursivo coletado foi analisado por meio do método de análise de discurso desenvolvido pelos teóricos da Psicologia Social Discursiva (Billig et al., 1988; Billig, 1991; Potter, 1998; Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992).

Inicialmente, realizou-se a leitura de todos os textos selecionados, orientada pelas questões de pesquisa. Em seguida, procedeu-se à codificação, com o objetivo de organizar o material discursivo em categorias analíticas e, assim, facilitar sua posterior interpretação. Essa codificação, guiada pelas questões de pesquisa, consistiu em uma análise preliminar, que antecede a análise propriamente dita e cuja característica central é a atenção aos detalhes do discurso e às ações realizadas por meio dele (Potter & Wetherell, 1987).

Considerando que a questão de pesquisa deste estudo é compreender a argumentação construída por militantes anarquistas para defender ou combater as recomendações sanitárias de distanciamento social no contexto da pandemia do coronavírus, foram identificadas e categorizadas as passagens dos textos que abordavam essa temática. Posteriormente, buscou-se identificar as principais linhas argumentativas e os recursos retóricos empregados nesse processo.

3. RESULTADOS

Dois tipos de posicionamento foram identificados nos documentos analisados: um posicionamento de inequívoco apoio às medidas de distanciamento social e um posicionamento ambíguo.

3.1 Proteção dos grupos oprimidos

Nas intervenções favoráveis às medidas de distanciamento social, o argumento central foi o de que tais medidas funcionariam como um instrumento de proteção às classes oprimidas, consideradas as mais expostas aos efeitos adversos da pandemia. A classe trabalhadora, em seus diversos subgrupos, é mencionada de forma recorrente pelos anarquistas ao longo dos textos analisados. Nesses discursos, essa categoria social é retratada como a principal vítima da pandemia, em razão de seu contexto de marginalização social, caracterizado por condições de precariedade, violência e vulnerabilidade.

“Aqui no Brasil, Bolsonaro discursa contra medidas individuais fundamentais como buscar o isolamento social e as rotinas de higiene porque não tem nenhuma preocupação com nossas vidas, apenas com o lucro dos bancos e dos patrões. Além de defender essas recomendações de saúde, a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) já ressaltou a necessidade de derrubar o Teto de Gastos (Emenda Constitucional 95) e o não-pagamento da dívida pública para investir diretamente no SUS; a incorporação da rede hospitalar privada pelo SUS; e a garantia de um salário mínimo universal e a suspensão das contas e aluguéis para permitir o isolamento das trabalhadoras precarizadas.” (Título: A luta estudantil anarquista frente à pandemia. Data: 29/03/2020)

“Nós da CAB defendemos que a saúde e a vida das trabalhadoras e trabalhadores são a prioridade máxima. As categorias que estão compondo a linha de frente no combate ao novo coronavírus devem ter garantidos todos os equipamentos de proteção a fim de diminuir o risco de contaminação pela Covid-19. A garantia da saúde dos profissionais dos serviços essenciais é urgente! Sem essas trabalhadoras e trabalhadores, o vírus avançará. Exigimos que os governos e patrões garantam todas as medidas necessárias contra a transmissão descontrolada. A dispensa remunerada de grande parte das pessoas em atividades não-essenciais também ajuda a proteger os profissionais da saúde, na medida em que diminui a circulação do vírus e reduz a demanda nos hospitais.” (Título: O lucro dos ricos nos adoece. Data: 21/04/2020)

“A burguesia e sua máquina de moer gente, fez com que a maioria do povo não tivesse condições de ficar em quarentena em casa. Esses trabalhadores foram obrigados a trabalhar, viraram as noites numa fila da Caixa para tentar conseguir o auxílio de 600 reais. Enquanto os de cima ignoram as recomendações de saúde da OMS, os trabalhadores ficam sem saneamento básico e sem água para se higienizar. Não possuem aparelhos nem internet para fazer ensino à distância ou ensino remoto, que o capitalismo quer impor ao povo como ‘política de educação’. E a maioria do povo que se contamina com o Covid-19 terá muita dificuldade para conseguir vagas e UTIs nos hospitais públicos, sucateados pelos cortes neoliberais.” (Título: Os últimos protestos e a classe dominante contra a saúde pública. Data: 17/06/2020)

“Nesse período, quando todas as áreas da vida social se veem afetadas, o estado ignora as pessoas que estão em risco, os oprimidos e as oprimidas, enquanto toma medidas para os mais privilegiados na ‘luta contra a epidemia’. Devido ao fechamento de empresas, a quarentena e a suspensão de atividades econômicas, centenas de milhares ou mesmo milhões de pessoas estão sendo despedidas ou condenadas a morrer de fome pela licença sem direito a salário.” (Título: Documento Internacional para o 1º de Maio de 2020. Data: 01/05/2020)

Sabe-se que o antiestatismo é um traço marcante do pensamento anarquista. Segundo Walter (2000), para os anarquistas, a função do Estado e dos seus representantes é manter a desigualdade social existente, atuando

simultaneamente como causa e consequência do sistema de classes. Essa compreensão é constantemente reproduzida por autores vinculados à CAB, e está presente em alguns dos trechos supracitados. Em um deles se diz que “[...] o Estado ignora as pessoas que estão em risco, os oprimidos e as oprimidas, enquanto toma medidas para os mais privilegiados na ‘luta contra a epidemia’”. Nesse trecho, o Estado é representado como uma instituição cujo principal papel é defender os interesses das classes dominantes, por meio da exploração e da precarização da vida das classes trabalhadoras.

Não obstante esse antiestatismo, nos textos acima a intervenção estatal torna-se admissível e necessária em certos períodos específicos, como é o caso de uma pandemia, principalmente se isso significar o apoio às classes oprimidas. Ao afirmarem que “[...] a saúde e a vida das trabalhadoras e trabalhadores são a prioridade máxima” e que “a burguesia e sua máquina de moer gente, fez com que a maioria do povo não tivesse condições de ficar em quarentena em casa”, os autores dos textos supracitados procuram apresentar o apoio às medidas de isolamento e distanciamento social como algo motivado pelo desejo de proteger a vida da classe trabalhadora.

O apelo à intervenção estatal nas intervenções desses militantes precisa ser considerado a partir do contexto argumentativo (Billig, 1991), ou seja, a conjuntura pandêmica que ameaça e vulnerabiliza ainda mais as classes trabalhadoras.

O fato de a CAB ser composta por anarquistas sociais — grupo historicamente mais inclinado à defesa e à mobilização das classes populares — torna esse posicionamento, até certo ponto, previsível e esperado. Segundo Walter (2000), esse tipo de anarquismo pode ser denominado coletivista, caracterizando-se como um anarquismo revolucionário, comprometido com a luta de classes, a defesa do proletariado e a insurreição em massa dos pobres contra os ricos. Essa orientação política manifesta-se de forma evidente nos textos da CAB, nos quais são frequentes termos que reforçam essa perspectiva, como “patrões”, “burguesia”, “trabalhadores” e “povo”.

Nessas intervenções, o Estado ocupa uma posição ambivalente. Por um lado, o antiestatismo característico das teorias anarquistas está presente na descrição do aparato estatal como instrumento de controle e repressão, com interesses antagônicos aos das classes oprimidas. Por outro, no contexto da pandemia, o Estado é visto como um agente necessário para a organização social, a segurança pública e a garantia de direitos dessas mesmas classes. Essa ambivalência manifesta-se especialmente na defesa, nos textos da Coordenação Anarquista Brasileira, do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de um discurso que enfatiza a necessidade de “não pagamento da dívida pública para investir diretamente no SUS” e propõe também a “incorporação da rede hospitalar privada pelo SUS”. Assim, apesar de integrar o aparato estatal, o SUS torna-se o principal destinatário dos apelos por maior intervenção estatal.

A reivindicação por maior intervenção por parte do aparelho estatal para a proteção da classe trabalhadora não se resume ao setor da saúde. O uso de expressões como “dispensa remunerada”, “salário mínimo universal” e “suspensão das contas e aluguéis”, evidencia que a intervenção deve ser bem mais ampla para esses anarquistas.

A defesa da intervenção estatal também se expressa por meio de críticas ao gerenciamento da crise sanitária pelo governo federal. A afirmação de que “Bolsonaro discursa contra medidas individuais fundamentais, como buscar o isolamento social [...]” revela que, além de repudiarem as atitudes adotadas pelo presidente durante a pandemia, os anarquistas da CAB reconhecem o isolamento social como uma medida essencial. Ademais, enfatizam que os governos e os empregadores devem assegurar “todas as medidas necessárias contra a transmissão descontrolada”. Também mencionam a “dispensa remunerada”, reiterando que essa medida “diminui a circulação do vírus e reduz a demanda nos hospitais”. Em suma, a quarentena é apresentada como uma ação que deve ser garantida pelo Estado e como uma medida indispensável para mitigar os efeitos devastadores da pandemia sobre a população.

Embora defendam a intervenção estatal, os anarquistas criticam de forma recorrente o “governo”, as “elites políticas” e a “burguesia”, apontados como os principais responsáveis pelos impactos sociais da pandemia. Nos fragmentos de texto a seguir, os militantes da CAB denunciam a ausência de condições efetivas para que o isolamento social da classe trabalhadora seja possível, uma vez que os trabalhadores não estão sendo devidamente assistidos e, conseqüentemente, precisam sair para trabalhar e garantir o próprio sustento. Assim, a denúncia do desprezo dos governos e das classes dominantes pela classe trabalhadora constitui um movimento retórico que, simultaneamente, sustenta o repúdio ao Estado e justifica o apelo por sua intervenção.

“Cabe dizer, que desde o início da pandemia, um contingente enorme de trabalhadores precarizados (maioria de pobres e negros) sem quaisquer direitos ou possibilidade de usufruir da quarentena com pagamento integral, foram obrigados a sair às ruas para trabalhar. Para esses sujeitos e setores, a quarentena nunca existiu. Ou se existiu, foi destruída pelo lucro voraz da burguesia brasileira e pela sandice bolsonarista, que usando de expedientes jurídicos e políticos, seguiu mantendo diferentes serviços e empresas em funcionamento.” (Título: Os últimos protestos e a classe dominante contra a saúde pública. Data: 17/06/2020)

“Algumas constatações. O governo Bolsonaro, as elites políticas e a burguesia brasileira trabalharam cotidianamente para destruir quaisquer possibilidades das classes oprimidas manterem o isolamento social desde o início da pandemia. Hoje, essas forças conseguiram efetivamente destruir qualquer possibilidade de quarentena social para os/as trabalhadores/as e já se contam os milhares de mortos. O governo Bolsonaro-Mourão-Guedes sufocou e atrasou a ajuda financeira aos mais pobres, incentivou carreatas bolsonaristas pelo fim da pandemia, chantageou os governadores, deteriorou a ação do ministério da saúde, difundiu uma bateria de fake-news, ignorou as recomendações da OMS e, agora, trabalha com os militares para esconder a quantidade de mortos no país.” (Título: Os últimos protestos e a classe dominante contra a saúde pública. Data: 17/06/2020)

A afirmação de que a possibilidade de quarentena para os trabalhadores precarizados foi “destruída pelo lucro voraz da burguesia brasileira e pela sandice bolsonarista” identifica a burguesia como o principal inimigo a ser combatido e aponta o governo Bolsonaro como representante direto dos interesses dessa classe. Isso se evidencia na decisão de manter diferentes serviços e empresas em funcionamento, inviabilizando o isolamento social para a classe trabalhadora. No trecho seguinte, os anarquistas da CAB reforçam essa leitura ao afirmar que o “governo Bolsonaro”, as “elites políticas” e a “burguesia brasileira” “trabalharam cotidianamente para destruir quaisquer possibilidades das classes oprimidas manterem o isolamento social desde o início da pandemia”, reiterando a responsabilidade das classes dominantes na não efetivação da quarentena e caracterizando o governo federal como cúmplice dessas mesmas classes.

3.2 Ambiguidade

A análise dos textos identificou posicionamentos ambíguos dos anarquistas da CAB em relação às medidas de intervenção adotadas pelo Estado brasileiro e por outros estados nacionais. Os autores desenvolvem linhas argumentativas que sugerem um propósito ditatorial do Estado, ainda que não explicitado, orientando a implantação das medidas de distanciamento social. No entanto, não se posicionam de forma clara ou explícita em oposição a tais medidas.

“Será preciso resistir ao previsível ataque contra as condições de vida, de salário e de renda das classes oprimidas que vai vir com a implementação de modelos políticos de controle, de enquadramento e de restrição dos espaços e modelos de ação dos aparatos de estado e aparatos capitalistas de autoridade. Também será preciso resistir ao autoritarismo e ao controle social que avançam perigosamente por causa da emergência sanitária e que reduzem o alcance das intervenções sociais.” (Título: Documento Internacional para o 1º de Maio de 2020. Data: 01/05/2020)

“Em termos gerais, essa crise abriu espaço para diferentes medidas populistas de diversos governos, mas quase todos estão aplicando uma forte política de direita em matéria de repressão e controle social.” (Título: Documento Internacional para o 1º de Maio de 2020. Data: 01/05/2020)

“Defender os espaços de viabilidade política e de auto-organização contra o autoritarismo e a repressão praticados por causa da emergência sanitária.” (Título: Documento Internacional para o 1º de Maio de 2020. Data: 01/05/2020).

“É importante observar o que ocorre na Ásia, principalmente o caso da China e da Coreia do Sul, onde estão sendo aplicados mecanismos de controle social extremos, baseados na tecnologia. Essas sociedades se tornaram imensos panópticos onde a vigilância é efetiva e constante em busca de disciplinamento social em grande escala. Esse modelo de controle social parece ser “exportado” para o resto do mundo sob o lema de que “sabemos como conter a pandemia”. Na verdade, é uma receita para conter as populações.” (Título: Documento Internacional para o 1º de Maio de 2020. Data: 01/05/2020)

“A política do Estado policial de ajuste é austeridade e violência e escancara a sua face renovada, dentro do contexto político-social deste período. Ainda vamos ter que conviver por um tempo com os riscos da contaminação, e buscar formas de lutar nessa realidade. E além disso, estarmos atentos para a utilização dos mecanismos e tecnologias aplicadas na pandemia em um maior controle e repressão social. Tecnologias de vigilância, violações de dados pessoais e monitoramento. Aplicação de medidas como quarentenas, fechamento de cidades, toques de recolher, proibição de manifestações de rua, Garantia de Lei e Ordem ou Estado de Sítio, com suspensão de direitos. A pandemia abriu vários precedentes e brechas para a repressão a movimentos sociais e manifestações, mesmo dentro do regime democrático burguês, que endurece e cria armadilhas. Aliado a isso, observamos um estado cada vez mais aparelhado por militares em cargos e secretarias do governo, e um possível cenário onde a defesa nacional se mescla cada vez mais a políticas de segurança pública, em um país onde a lógica da defesa é a do ‘inimigo interno’”. (Título: Os últimos protestos e a classe dominante contra a saúde pública. Data: 17/06/2020)

Uma sombra de suspeição e desconfiança em relação às iniciativas estatais de controle da pandemia está presente em todos esses trechos. O inimigo central, nesses casos, é o Estado, e não a burguesia. Em nenhum momento se afirma que as medidas de distanciamento social devem ser rejeitadas ou combatidas de forma inequívoca pelos anarquistas. Considerando que esses trechos foram extraídos do mesmo site que publicou os textos mencionados no item anterior — os quais defendem as medidas de distanciamento social e solicitam que o governo crie condições para que os trabalhadores possam permanecer em casa — seria flagrantemente contraditório atacar ou pedir o fim dessas medidas.

Ao mesmo tempo, é fundamental manter viva a imagem negativa do Estado, concebido como uma entidade cujas ações, ainda que apresentadas como medidas de proteção aos cidadãos, estariam sempre motivadas por intenções inconfessáveis de controle, dominação e opressão. Nesse sentido, mobilizam-se expressões que evocam a necessidade de vigilância, alerta e cuidado — como “é importante observar” e “estarmos atentos” — acompanhadas de termos como “controle”, “controle social”, “repressão” e “autoritarismo”, que caracterizam as iniciativas estatais como formas disfarçadas de controle e dominação das populações. Diante dessa ameaça, afirma-se que é “preciso resistir” e “defender os espaços de viabilidade política e de auto-organização”.

Os dispositivos responsáveis pelo controle — “imensos panópticos”, “aparatos capitalistas de autoridade”, “tecnologias de vigilância” —, cujo objetivo seria o “enquadramento” e o “disciplinamento social”, remetem ao mundo opressivo descrito por Foucault (1999) no relato sobre o nascimento da prisão. A notória estodofobia do autor o torna uma influência incontornável para os diversos anarquismos contemporâneos, como observa Augusto (2014).

Diferentes estratégias retóricas são acionadas para tornar verossímil a representação da face sinistra do Estado formulada nos textos. Observa-se o uso de formulações hiperbólicas, como ao afirmar que, na China e na Coreia do Sul, “estão sendo aplicados mecanismos de controle social extremos, baseados na tecnologia”, ou ao caracterizar essas sociedades como “imensos panópticos”. Também se recorre a imagens de forte carga emocional, como a comparação do contexto atual a um campo de batalha, ao se dizer que o autoritarismo e o controle social “avançam perigosamente por causa da emergência sanitária”. Além disso, emprega-se uma estratégia que consiste em justapor diversas ações bastante distintas entre si — que, de fato, não foram implementadas conjuntamente por nenhum país —, mas cuja apresentação em sequência sugere, de forma implícita, a existência de um grande sujeito intencional por trás dessas medidas, atuando em diferentes partes do mundo: “Tecnologias de vigilância, violações de dados pessoais e monitoramento. Aplicação de medidas como quarentenas, fechamento de cidades, toques de recolher, proibição de manifestações de rua, Garantia de Lei e Ordem ou Estado de Sítio, com suspensão de direitos”.

É notável, nessas descrições, a ausência de qualquer esforço em apresentar evidências que sustentem as afirmações feitas. A lista de ações mencionada no parágrafo anterior, por exemplo, não vem acompanhada da identificação de países que tenham decretado estado de sítio ou violado dados pessoais de seus cidadãos em razão da pandemia. Trata-se de uma retórica pouco comprometida com a produção de factualidade, considerando os recursos disponíveis em nossa cultura para sustentar afirmações factuais no discurso (ver Potter, 1998).

4. DISCUSSÃO

Nos relatos analisados, a indignação, o sentimento de revolta, a suspeição e o medo são afetos mobilizados com grande eficácia, mas o alvo desses afetos não é sempre o mesmo. Nos trechos marcados pela ambiguidade, o perigo vem principalmente do Estado e secundariamente dos burgueses, diferentemente do que ocorre nas formulações de inequívoco apoio às medidas de isolamento social. Nestas, a fonte fundamental do perigo só poderia ser a burguesia, os “patrões”. Nas primeiras, o objetivo é sugerir, ainda que tacitamente, que o Estado está usando a pandemia como pretexto para se tornar mais tirânico do que já é. Assim, os trabalhadores são citados, mas eles não são as vítimas em destaque, são colocados em segundo plano. A vítima é um ente mais abstrato, o cidadão, “as populações”, as “sociedades” — sociedades que se tornaram “imensos panópticos”, e que, portanto, seriam máquinas de vigilância que não poupariam virtualmente ninguém.

Os conflitos presentes na sociedade, que se atualizam nas argumentações construídas por grupos e indivíduos, se apresentam como contradições do senso comum, como dilemas ideológicos. Para Billig et al. (1988), cada dilema envolve valores e representações em conflito na sociedade; sem o conflito de valores na sociedade, que se atualiza nas subjetividades individuais, os dilemas não existiriam.

A análise dos textos da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) evidencia a tensão entre o discurso anarquista, que rejeita o Estado como um agente intrinsecamente opressor e incompetente — uma posição antiestatista radical típica da esquerda libertária — e a consciência da necessidade de intervenção estatal para proteger a classe trabalhadora durante a crise sanitária. Em determinados trechos, a CAB denuncia o Estado burguês e as elites governantes como inimigos do povo. Simultaneamente, porém, reivindica medidas estatais, como a implementação de uma renda mínima emergencial, ações de saúde pública e restrições governamentais para conter o vírus — exigências que implicam o reconhecimento da necessidade de atuação estatal. Essa contradição entre a rejeição ao Estado e os apelos por sua intervenção configura um dilema ideológico evidente no discurso analisado.

Do ponto de vista da psicologia social discursiva, tais contradições são parte do repertório retórico que os atores sociais empregam para navegar por ideologias em tensão (Billig et al., 1988; Edwards & Potter, 1992). A CAB, ao enfrentar a realidade dramática da pandemia, viu-se diante do dilema entre fidelidade aos princípios antiestatistas e a urgência prática de proteger vidas.

A suspeição em relação às ações e discursos estatais durante a pandemia se repetiu no campo anarquista internacional como um todo. Nesse campo, houve debates internos acalorados sobre até onde deveria ir a obediência voluntária às recomendações sanitárias. Setores anarcoindividualistas e insurrecionalistas chegaram a conclamar a desobediência total a quaisquer restrições, argumentando que qualquer forma de confinamento imposto era inadmissível e deveria ser rompida ativamente (Donaghey, 2020).

A esquerda acadêmica também produziu avaliações condenatórias e carregadas de convicção acerca das intervenções estatais durante o período pandêmico, em comparação com aquelas expressas pelos anarquistas investigados neste estudo. É bem conhecida, por exemplo, a intervenção de Giorgio Agamben, renomado filósofo italiano amplamente admirado pela esquerda libertária brasileira, no debate sobre as medidas de distanciamento social adotadas durante a pandemia. Segundo Agamben, a pandemia seria uma construção dos Estados ocidentais contemporâneos, com o objetivo de naturalizar o estado de exceção e aprofundar os mecanismos de controle sobre as populações (Buchard, 2020; Scaldaferrro, 2021).

Há evidentes semelhanças entre a atitude de suspeição e até de repúdio de anarquistas e libertários de esquerda às ações estatais durante a pandemia e o ataque raivoso a essas ações de extremistas de direita de diferentes matizes.

No Brasil, estudos ressaltaram o uso frequente da retórica libertária pelo bolsonarismo no seu ataque às medidas de distanciamento social durante a pandemia (Oliveira Filho, 2024; Scaldaferrro, 2021). No Brasil e em outras partes do mundo, uma suposta ameaça à liberdade era um tema central no discurso de libertários de extrema direita de diferentes matizes para atacar as medidas de distanciamento social durante a pandemia (Ribeiro, 2021; Bragman & Kotch, 2021; Helm, 2021; Loucaides, 2021).

Entre os libertários de extrema direita não há, evidentemente, ambiguidade em relação às medidas de distanciamento social. Elas foram atacadas de maneira raivosa, explícita e sem subterfúgios por anarcocapitalistas e libertários de direita em geral. E essa ausência de ambiguidade tem relação com a ausência de preocupação dos libertários de direita com os infortúnios dos mais vulneráveis — preocupação presente tradicionalmente no discurso do anarquismo socialista, como o analisado neste estudo.

Mas tanto anarquistas de esquerda quanto libertários de direita definem o Estado como uma entidade opressiva e maligna e é essa compreensão inflexível e essencialista sobre esse complexo e multifacetado engenho humano que assemelhou tanto a retórica desses dois movimentos durante a pandemia.

5. Considerações finais

Este estudo examinou os argumentos de militantes da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) acerca das medidas sanitárias de distanciamento social adotadas para o enfrentamento da pandemia de coronavírus, com o objetivo de identificar e analisar os posicionamentos desses militantes em relação a tais medidas.

A pesquisa evidenciou o dilema enfrentado por esse grupo anarquista, cujos membros reconheciam a necessidade das medidas para a proteção e a segurança das classes populares, mas, ao mesmo tempo, se viam em conflito por serem ações implementadas pelo Estado — entidade historicamente concebida, no ideário anarquista, como essencialmente opressiva. A análise dos argumentos revelou um impasse ideológico, no qual os militantes, ora reivindicavam a intervenção estatal para a defesa dos grupos vulneráveis, ora expressavam desconfiança quanto às reais intenções do Estado durante a pandemia.

Essa sombra de suspeição lançada sobre a atuação do Estado durante a pandemia de coronavírus — frequentemente caracterizada pelas tintas paranoicas típicas das teorias conspiratórias — esteve presente tanto nas intervenções discursivas de anarquistas quanto nas de grupos da ultradireita, como anarcocapitalistas e bolsonaristas.

O estudo evidencia como um discurso — neste caso, o anarquista — molda a forma como as pessoas percebem o mundo. Naquele período, enquanto muitos enxergavam apenas desespero e desorientação nas ações de governantes e agentes estatais em diferentes partes do mundo, os ativistas cujos textos foram analisados nesta pesquisa percebiam “imensos panópticos”: máquinas de vigilância empenhadas em controlar obsessivamente as populações.

O estudo apresenta algumas limitações importantes que precisam ser reconhecidas para contextualizar seus achados. Em primeiro lugar, o escopo da pesquisa foi delimitado a um segmento específico de ativistas anarquistas atuantes durante a pandemia da COVID-19, o anarquismo socialista e revolucionário, o que pode restringir a generalização dos resultados para todo o universo do anarquismo contemporâneo. Além disso, os dados analisados referem-se a um período e contexto particulares de crise sanitária; é possível que, em situações diferentes ou com o evoluir da pandemia, os posicionamentos dos ativistas pudessem variar.

Estudos comparativos de natureza documental — contrastando, no contexto da pandemia de coronavírus, grupos anarquistas revolucionários, como o investigado neste estudo, com anarquistas individualistas ou contrastando a perspectiva anarquista com perspectivas de orientação ideológica distinta — poderiam identificar variações de diferentes tipos nos padrões identificados neste estudo.

Quanto aos desenvolvimentos teóricos e empíricos previstos, os achados deste estudo já começam a preencher uma lacuna na interseção entre teoria anarquista, psicologia social e estudos de crise sanitária. Teoricamente, os resultados sugerem a necessidade de aprimorar os modelos explicativos sobre a relação entre ideologia antissistema e respostas a situações emergenciais. Verificou-se que mesmo um movimento historicamente contrário à intervenção estatal pode apresentar posicionamentos diferenciados, ora inequívocos em seus princípios antiestatais, ora mais ambíguos diante de uma emergência de saúde pública.

Referências

- Augusto, A. (2014). Anarquismo contemporâneo, pós-anarquismo, neo-anarquismo... para travar neologismos. *Ecopolítica*, (10), 121–130. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/viewFile/21729/16008>
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions*. London, England: Sage Publications.
- Billig, M., Condor, S., Edwards, D., Gane, M., Middleton, D., & Radley, A. (1988). *Ideological dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. London, England: Sage.
- Bragman, W., & Kotch, A. (2021). *How the Koch Network hijacked the war on Covid*. EXPOSEDbyCMD. Recuperado de <https://exposedbycmd.org>
- Buchard, A. (2020). Estado de exceção e emergência sanitária: Giorgio Agamben sobre a pandemia por coronavírus. *Investigação Filosófica*, 11(2), 37–53. Recuperado de <https://periodicos.unifap.br/index.php/investigacaofilosofica/article/view/5906/pdf>
- Cabanarquista. (s.d.). *Sobre a CAB*. Cabanarquista. Recuperado de <https://cabanarquista.com.br/sobre/>
- Corrêa, F. (2018). O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: Da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In K. W. Santos & R. V. Silva (Orgs.), *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: Novas perspectivas*. São Paulo, SP: Prismas.
- Corrêa, F. (2019). *Anarquismo especificista*. Biblioteca Anarquista. Recuperado de <https://bibliotecaanarquista.org/library/felipe-correa-anarquismo-especificista>
- Donaghey, J. (2020). 'It's going to be anarchy' (fingers crossed): Anarchist analyses of the COVID-19 pandemic crisis. *Anarchist Studies Blog*. Recuperado de <https://anarchiststudies.noblogs.org/>
- Edwards, D., & Potter, J. (1992). *Discursive psychology*. London, England: Sage.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Helm, T. (2021). Media's libertarian Covid sceptics under fire from senior Tory. *The Guardian*. Recuperado de <https://www.theguardian.com>
- Hoppe, H. (2014). *Democracia: O Deus que falhou: A economia e a política da monarquia, da democracia e da ordem natural*. São Paulo, SP: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Loucaides, D. (2021). *Inside the UK's anti-lockdown media machine*. Coda Story. codastory.com
- Ministério da Saúde. (2020). *Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional*. Recuperado de <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>
- Moraes, I. A. (2017). As jornadas de junho de 2013 no Brasil: Anarquismo e tática black blocs. *Revista de Ciências Sociais*, 7(2), 165–198. Recuperado de <https://bibliotecaanarquista.org/library/isaias-albertin-moraes-as-jornadas-de-junho-de-2013-no-brasil-anarquismo-e-tatica-black-blocs.pdf>
- Oliveira Filho, P. de. (2024). *Manipulação da identidade coletiva e poder político na trajetória do bolsonarismo*. São Paulo, SP: Editora Dialética.

- Potter, J. (1998). *La representación de la realidad: Discurso, retórica y construcción social*. Barcelona, España: Paidós.
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London, England: Sage.
- Ribeiro, L. N. (2022). Think tanks ultraliberais: O caso do discurso do Instituto Mises Brasil sobre a pandemia do covid-19 (2021). *Revista Geografia em Atos* (Online), 6(2), 152–180.
- Rothbard, M. N. (2010). *A ética da liberdade*. São Paulo, SP: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Santana, G., & Cavalcanti, H. (2020). Federalismo, ajuda mútua e as lições libertárias em tempos de pandemia. *Revista Estudos Libertários*, 2(3), número especial. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/viewFile/34116/19103>
- Scaldeferro, M. C. S. (2021). A biopolítica da pandemia: Agamben e Bolsonaro entram em um bar. *Griot: Revista de Filosofia*, 21(3), 319–335. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/5766/576669014024/html/>
- Skyer, R., Roth, S., & Reed, E. (2025). Mutual aid as prefigurative politics: Beyond anarchism. *Sociology Compass*, 19(2), Art. e70037. <https://doi.org/10.1111/soc4.70037>
- Swann, T. (2023). “Anarchist technologies”: Anarchism, cybernetics and mutual aid in community responses to the COVID-19 crisis. *Organization*, 30(1), 193–209. <https://doi.org/10.1177/13505084221090632>
- Walter, N. (2000). *Do anarquismo*. São Paulo, SP: Editora Sotavento.
- Wetherell, M., & Potter, J. (1992). *Mapping the language of racism: Discourse and the legitimation of exploitation*. New York, NY: Columbia University Press.
- Zuquete, J. P. (2016). O anarquismo está de volta? *Análise Social*, 51(221), 966–989.
-

Editoras Responsáveis: Débora Patricia Nemer Pinheiro e Thainara Granero de Melo.

Recebido/Received: 09.10.2025 / 10.09.2025

Aprovado/Approved: 26.01.2026 / 01.26.2026